

A falta que ela faz: análise de classes e democracia

Luis Felipe Miguel
Universidade de Brasília

1 Introdução

Há pouca margem para discutir o fato de que a democracia liberal vive um momento de crise. Pelo mundo afora, suas instituições têm servido para o sucesso de lideranças e de partidos cujo projeto é destruí-la. Os Estados Unidos, que eram apresentados como exemplo de democracia plenamente consolidada, um modelo a ser emulado por outros países, tornaram-se também a maior demonstração desta crise. Donald Trump não é apenas um extremista de direita com discurso autoritário que chegou ao poder: é um presidente que está desmontando, de forma deliberada, tanto o sistema de freios e contrapesos quanto o conjunto de direitos e liberdades cidadãs, isto é, tudo aquilo que a sabedoria convencional da Ciência Política exaltava como o segredo do sucesso da democracia estadunidense.

Em paralelo, é difícil negar que existe uma *crise da teoria da democracia*. Os modelos vigentes se revelaram incapazes de entender os processos políticos atuais. A interpretação institucionalista dominante se viu confrontada ao fato de que as instituições não operam em um vácuo social e que sua efetividade depende da correlação de forças. Sua alternativa mais celebrada, a teoria deliberativa, revela-se de pouca valia em um novo ambiente em que as ideias de troca discursiva e argumentação racional foram simplesmente deixadas de lado, em favor de um uso indisfarçado da lei do mais forte. Onde se viam consensos bens estabelecidos, irromperam discordâncias inconciliáveis. A capacidade de que o conflito político fosse restringido por “regras do jogo” foi reduzida e nós fomos arremessados de volta para o mundo de uma disputa brutalmente maquiaveliana.

O momento em que a crise da democracia e a crise da teoria democrática ingressaram no coração da Ciência Política foi em novembro de 2016, quando Donald Trump venceu pela primeira vez as eleições presidenciais estadunidenses. Até então, a sensação de que havia algo de errado vinha sobretudo das margens da disciplina. Enquanto um discurso triunfalista julgava que a vitória ocidental na Guerra Fria marcava o império definitivo da democracia liberal, alimentando as fantasias de fim da história ao estilo de Fukuyama (1992), vozes críticas apontavam como ocorria um refluxo da capacidade decisória dos Estados, no contexto da hegemonia liberal, o que indicava concretamente uma retração democrática. Estaríamos no momento em que a vontade das grandes corporações curvaria os governos, levando à “pós-democracia” (Crouch, 2004), ou, ainda, em que os ocupantes dos cargos de poder no Estado precisariam responder antes aos credores da dívida pública do que aos seus cidadãos, eliminando qualquer vestígio de soberania popular (Streeck, 2017 [2013]). A crise da democracia, assim, tem como um de seus fatores principais um desequilíbrio na correlação de forças sociais, em que as classes proprietárias ganharam maior poder, o que é reconhecido mesmo em leituras liberais do processo, como aquelas desenvolvidas nos *best sellers* da Ciência Política anglófona (é o caso, especialmente, de Mounk, 2018).

Nas franjas mais críticas da teoria política, a consciência da crise tem levado à busca de novos modelos para discutir a democracia, por vezes ecoando também no *mainstream* da disciplina. O reconhecimento da importância das assimetrias de gênero se generalizou, oferecendo mais destaque para as teorias feministas da democracia. Embora por vezes se trate apenas da incorporação de uma categoria a mais em uma moldura que continua liberal e institucionalista, obras como as de Pateman (1988), MacKinnon (1989), Young (1990, 2000), Phillips (1993, 1995) e outras, que desafiam o entendimento convencional da política e da democracia, permanecem indispensáveis para a construção de um arcabouço teórico mais abrangente. Também a temática da desigualdade racial, por vezes por meio de correntes apresentadas como “decoloniais” ou “pós-coloniais”, foi incorporada no debate – e igualmente absorvida, em parte, pelas matrizes dominantes da Ciência Política (para um exemplo eloquente, ver Levitsky; Ziblatt, 2023).

Nestas franjas críticas, há frequentemente uma busca por “novas epistemologias” ou “novas epistemes”, expressões às vezes usadas de forma solta. Mas esta busca transita de um questionamento (necessário) dos vieses ocultos das práticas dos campos científicos para uma aceitação irrefletida da negação do método científico e dos critérios estabelecidos de fundamentação argumentativa, em nome de um subjetivismo extremo, legitimado pelo recurso à ideia de “lugar de fala”, ou mesmo à contaminação por misticismos, desde que vinculados a “ancestralidades” subalternas ou a práticas transgressoras, como pretensa forma de oposição ao “eurocentrismo” ou à “cis-heteronormatividade”. O resultado líquido é a anulação da autonomia do campo científico e acadêmico, que se torna permeável a qualquer discurso que queira colonizá-lo. A recente polêmica sobre a performance “Educando com o cu”, na Universidade Federal do Maranhão, quando não poucas vozes progressistas se levantaram em defesa da legitimidade da dança “erótica” como produção de conhecimento científico (por exemplo, Colling, 2024; Sena Júnior; Mano, 2024), ilustra o que estou dizendo.

Neste processo, há um esforço de incorporação de mulheres, negros, indígenas, LGBTQs e outros grupos subalternos à reflexão política, mas fica de fora a classe trabalhadora – espelhando aquilo que Nancy Fraser (2017) chamou, polemicamente, de “neoliberalismo progressista”. A chamada para o dossiê da *Revista Sul-Americana de Ciência Política* para o qual este artigo foi submetido é um perfeito exemplo. Palavras como “classe” e “capitalismo” brilham pela ausência. Quando são elencados os objetivos, aparecem enunciados como “analisar a erosão democrática a partir da reação neoconservadora, que ataca direitos e novos sujeitos de direitos, em especial mulheres, população LGBTQIA+, negros, mulheres negras e povos originários”. A listagem julga necessário isolar as “mulheres negras” como grupo à parte de “mulheres” e de “negros”, mas ignora os trabalhadores (mulheres e homens, negros e brancos) que têm sido sistematicamente vitimados pelas políticas de austeridade, pela retração de proteções legais, pelo desmonte dos programas sociais, pela ideologia neoliberal e pela concentração da riqueza, todas características centrais da ordem “pós-democrática” atual¹.

¹ Retirada do site da *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, a chamada ainda pode ser encontrada em: <<https://cienciapolitica.org.br/web/chamada-dossie-novas-epistemes-metodos-e-olhares-para-a-democracia-da-revista-sul-americana-de-ciencia-politica-ufpel/>>. Acesso em 30 abr. 2025.

Mesmo quando a categoria “classe” é incorporada nominalmente, é de uma forma que desidrata seu potencial explicativo. O recente livro de um reconhecido cientista social, sobre a crise da democracia brasileira, ao mesmo tempo em que julga que a “investigação convencional” considera apenas desigualdades socioeconômicas (uma observação insustentável no atual estágio das Ciências Sociais, no Brasil como no mundo), opera com uma pirâmide de classes que tem no topo “os milionários”, que “correspondem aqui ao 1% mais rico da população brasileira” (Costa, 2025, p. 110-1). Há uma equivalência arbitrária entre uma porcentagem (o 1%), um patamar patrimonial (o milhão) e uma posição social, que reduz a ideia de classe a um jargão politicamente motivado. Fala-se de “classe” como se poderia falar da “elite”, dos “bacanas”, da “grã-finagem” ou mesmo do “1%” – um simples marcador da divisão entre um *nós* e um *eles*, desprovido de substância científica. A classe perde todo o caráter relacional e existencial, na contramão não só de Marx, mas de pensadores que inspiram o autor, como Weber e Bourdieu.

O presente artigo interpela essa ausência, que não é impensada, muito menos inofensiva, argumentando que a análise de classes é indispensável para qualquer esforço robusto de compreensão da democracia, sobretudo de uma perspectiva emancipatória. Ele se organiza em três seções, além desta introdução. A segunda seção mostra como a luta de classes foi um elemento essencial na produção histórica dos regimes democrático-liberais. A terceira seção aponta que, embora a tradição marxista não tenha sido capaz de produzir uma teoria democrática própria, ela fornece elementos valiosos para a crítica das democracias realmente existentes. Juntando as pontas das seções anteriores, a quarta indica que o processo atual de desdemocratização global (ou “crise da democracia”, para ficar com um jargão mais neutro) está ligado, de forma central, à mudança na correlação de forças entre as classes. A breve conclusão, enfim, analisa a relação entre a luta de classes e as demandas de outros grupos dominados. Exilar a classe não é apenas um erro teórico, que obnubila a capacidade de entender a realidade, mas também um caminho que bloqueia qualquer projeto consistente de emancipação humana.

2 A democracia histórica

O uso da expressão “democracia burguesa”, que se tornou corrente entre marxistas, leva à impressão de que a democracia procedimental que foi construída no Ocidente ao longo dos séculos XIX e XX correspondia ao projeto histórico da burguesia. Ou, de forma mais radical, como se a democracia representasse “uma ‘superestrutura’ política que necessariamente surge com o desenvolvimento da vida econômica capitalista” (Domènech, 2009, p. 99). Mesmo uma autora como Wendy Brown (2019, p. 25) reproduz a ideia de que democracia, Estado-nação e capitalismo seriam “trigêmeos nascidos no início da modernidade europeia”. Fica patente, assim, que existiria uma interpenetração necessária entre capitalismo e democracia, o que desloca a compreensão da luta de classes nos regimes “democráticos burgueses”.

Uma análise um pouco mais detida, porém, revela que a ordem liberal ambicionada pela classe burguesa pouco tinha de democrática. Era baseada na exclusão da maior parte da população e em uma competição política restrita à minoria de proprietários. Isto já está presente nos escritos de John Locke, que pode ser considerado, por bons motivos, o ideólogo inicial da burguesia em ascensão.

O liberalismo tornou-se a base comum do pensamento político dos últimos séculos, sobre o qual se estabelecem mesmo as correntes que buscam criticá-lo². Ele postula uma *igualdade* abstrata entre todos os seres humanos, nascendo em oposição às hierarquias da ordem feudal e da ordem absolutista, que operam com uma divisão estamental que alardeia a desigualdade. Como regra, este igualitarismo é logo abandonado, em favor da aceitação das assimetrias sociais existentes. Assim, para Locke, como para a maioria dos outros autores liberais iniciais, um déficit considerado natural inferioriza tanto as mulheres quanto as populações não-europeias (cf. Pateman, 1988; Mills, 1997).

O caso dos trabalhadores é um pouco mais complexo. A chave para a compreensão da teoria política de Locke está na relação entre liberdade e propriedade, que constitui o núcleo daquilo que C. B. Macpherson (1962) chamou de “individualismo possessivo”. Por um lado, isto significa que cada pessoa se relacionaria com seus direitos da mesma maneira como se relaciona com suas propriedades externas, isto é, tem a possibilidade de negociá-los ou aliená-los, o que leva à doutrina da legitimação da subordinação pelo contrato (Pateman, 1985 [1979], 1988). Por outro, aqueles que não têm propriedades se tornam também desprovidos de direitos, a começar pelo mais básico de todos, que é o direito de usufruir dos frutos do próprio trabalho (Locke, 1998 [1698]). A exclusão de mulheres, de crianças e também de trabalhadores do contrato social é justificada por sua racionalidade inferior, mas também pelo fato de não serem proprietários. Não há solução de continuidade entre uma afirmação e outra: no caso dos trabalhadores, a inferioridade intelectual seria demonstrada por sua própria incapacidade de amealhar riquezas.

Este tipo de raciocínio sustentou as políticas de exclusão dos regimes liberais, como o voto censitário e a diferenciação entre cidadania ativa (aqueles que participavam da gestão da comunidade) e cidadania passiva (quem apenas tinha a obrigação de obedecer às regras estabelecidas). De fato, o conflito potencial entre o liberalismo, uma doutrina de proteção de direitos, e a democracia, uma regra igualitária para o exercício do poder, é bem evidente (Bobbio, 1985). Ainda mais quando se sabe que o principal direito a ser protegido era o direito de propriedade, isto é, aquele que era efetivamente usufruído por uma minoria da população. Os regimes de concorrência política que emergem junto com a ascensão da burguesia não são, nem se apresentam como democráticos. Pelo contrário, sempre houve o esforço de garantir que o governo representativo respondesse a uma parcela limitada do povo e impedisse a edificação de um sistema democrático (cf. Manin, 1997).

Os regimes concorrenciais que aceitamos correntemente como democráticos, alicerçados na igualdade política formal e no sufrágio universal, adaptaram-se à dominação burguesa, é verdade, e tornaram-se mesmo uma espécie de “modelo padrão” para o Estado capitalista. Embora as exceções a este padrão nunca tenham deixado de ser muito numerosas, eram sempre vistas como desvios a serem sanados em algum momento do futuro. Mas eles devem ser entendidos como o resultado de processos históricos contraditórios, em que os excluídos do projeto oligárquico original brigaram por sua inclusão e a obtiveram à medida em que suas lutas obtiveram sucesso (cf. Miguel; Vitullo, 2021). A melhor maneira de visualizar este processo é por meio da conquista do sufrágio. Foi a pressão de trabalhadores, de mulheres e de outros grupos deixados à margem que expandiu o acesso à franquia

² Refiro-me ao liberalismo *político*, que, embora tenha raízes comuns, possui trajetória diferenciada do liberalismo econômico.

eleitoral, o que era acompanhado com temor por alguns e esperança por outros – temos e esperança fundados na mesma crença de que, caso a igualdade política fosse alcançada, não tardaria o dia em que as maiorias dominadas a usariam para promover uma transformação social profunda.

A concessão dos direitos políticos contribuía para apaziguar conflitos, servia para a validação de todo o sistema e fornecia o *feedback* necessário para aquilatar os níveis de insatisfação social e, assim, dimensionar as concessões que precisavam ser feitas (Miguel, 2022). Ao mesmo tempo, reduzia a legitimidade de outras formas de ação, mais coletivas e mais ofensivas: para que fazer barricadas, ocupações, greves e motins se era possível expressar a opinião pelo voto (cf. Hirschmann, 1983 [1982])? Por suas próprias características, de chamamento a uma participação política isolada e mesmo secreta, o mecanismo da votação conduzia ao individualismo, em oposição à ação coletiva de classe, e à acomodação dentro do sistema vigente (Offe; Wiesenthal, 1984 [1980]).

Ainda assim, a democracia liberal encarnou a ideia de que a voz dos dominados precisava de um espaço para ser ouvida no processo de tomada de decisões. Isto levou a uma série de mudanças reais, menos ou mais profundas de acordo com as circunstâncias, culminando no projeto do Estado de bem-estar social, em que o dinheiro dos impostos – isto é, uma taxa retirada da remuneração do capital – sustentava políticas cujo propósito, no fim das contas, era minorar a insegurança existencial da classe trabalhadora sob o capitalismo, garantindo patamares mínimos de sobrevivência (educação para os filhos, acesso à saúde, assistência na velhice). E surpresas vindas de baixo podiam desorganizar o jogo político das elites, permitindo que *outsiders* alcançassem cargos de poder, por vezes com programas que contrariavam o consenso dos grupos dominantes.

A democracia pode ter sido necessária para a reprodução a longo prazo do capitalismo, protegendo a classe burguesa de sua própria voracidade e obrigando-a a pagar a conta da estabilidade do sistema. Mas não foi seu projeto – como mostra, aliás, sua oposição a todas as políticas redistributivas e seu renitente desejo de reduzir o espaço da decisão democrática (ver, adiante, a quarta seção).

O regime que se construiu no Ocidente, assim, foi marcado por um equilíbrio instável entre duas pressões contraditórias. De um lado, o poder do voto, concedido às maiorias, que se fazia sentir porque era o caminho necessário para quem quer que buscasse exercer o poder político. Do outro, o poder de veto de grupos minoritários que controlavam recursos escassos – em primeiro lugar, a burguesia, cuja capacidade de influência vai de incentivos diretos aos funcionários públicos (verbas de campanha, *lobby*, corrupção) ao controle sobre as decisões de investimento, das quais depende a saúde da economia, a arrecadação de tributos e, portanto, o financiamento do próprio Estado.

Em entrevista concedida em meio ao agravamento da crise política brasileira, que levaria pouco depois à derrubada da presidente Dilma Rousseff, o economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira observou que “não se governa sem os empresários. Eles têm direito de veto” (Bresser-Pereira, 2014, p. 49). A declaração foi feita *en passant*, como quem enuncia uma banalidade. Mas o poder de veto de que desfrutava a burguesia, além de representar uma séria limitação face ao ideal democrático genuíno, serve para indicar que o funcionamento dos regimes democráticos de tipo ocidental não é compreensível caso não se atente para a luta de classes.

3 O marxismo e a democracia

Apesar disso, tornou-se comum pensar a democracia sem qualquer referência às classes. As correntes dominantes da Ciência Política, como visto, preferem operar num institucionalismo abstrato – isto é, analisando as instituições políticas como se elas operassem em um vazio social. É dada atenção às “regras do jogo”, isto é, o conjunto de acordos entre os agentes políticos, que regula a obtenção e o exercício do poder na sociedade, com destaque para os sistemas de freios e contrapesos voltados para impedir a tirania. Mas a tirania é vista sempre como motivada pela ambição pessoal dos ocupantes dos cargos públicos – trata-se, como dizem os escritos federalistas, que forneceram sustentação teórica para a Constituição estadunidense, de “fazer a ambição enfrentar a ambição” (Madison, 2009 [1788]), p. 264). A fórmula tornou-se influente e inspirou experimentos de engenharia institucional pelo mundo afora, mas a sociologia que a anima é primária.

Vale a pena contrastá-la com a obra de Montesquieu (1951 [1758]), que era a referência dominante nos debates da época. O sábio francês pensava a separação de poderes vinculando-a à representação de forças sociais diversas (o monarca, a nobreza, o povo), que encontravam uma acomodação graças à possibilidade de veto mútuo, renovando assim a tradição da reflexão sobre o governo misto. Já os constituintes da Filadélfia operavam com a visão de um mundo social atomizado, composto por indivíduos isolados. Este individualismo, que corresponde a elementos importantes da ideologia liberal, atravessa as nossas instituições e também leituras correntes de seu funcionamento. Em outras palavras, existe um descompasso entre o equilíbrio real de forças que permitiu o florescimento da democracia liberal e a moldura conceitual – ou autoficção, se preferirmos – com que ela descreve a si mesma.

Assim, a doutrina federalista e todo o constitucionalismo que deriva dela tomam como pressuposto a neutralidade do Estado. O principal autor associado a uma percepção oposta é Karl Marx – ao lado de seu parceiro, Friedrich Engels. Os fundadores do marxismo se esforçaram para demonstrar a íntima relação entre Estado e classe. O Estado nasce assim que surgem as classes, como uma estrutura destinada a proteger a dominação de uma delas (Engels, 1985 [1884]; Marx e Engels, 2010 [1848]). Não cabe aqui discutir toda a complexidade que os dois termos (Estado e classes) ganham na tradição marxista, a partir já dos escritos do próprio Marx (para uma síntese, ver Miguel, 2024). O ponto é que, dada esta percepção, o marxismo parecia dotado das condições para produzir uma teoria da democracia melhor conectada com a dinâmica dos conflitos sociais – não só o de classe, uma vez que o caminho aberto por Marx, adaptado a outras agendas, permitiu também iluminar o caráter “patriarcal” e racializado dos Estados ocidentais.

Não foi o que ocorreu. Seja com Marx, seja com os marxistas posteriores, nunca foi desenvolvida uma verdadeira teoria da democracia.

Marx, trabalhando a partir da perspectiva de seu tempo, julgava que a democracia, mesmo em sua forma meramente eleitoral, seria incompatível com a manutenção da dominação burguesa. Afinal, uma classe francamente minoritária não poderia aceitar que o acesso ao poder político dependesse da autorização da maioria. Nem por isso ele apresenta seu projeto socialista como sendo democrático. Como está indicado já em um texto de juventude, *A questão judaica*, Marx considerava que a

emancipação política prometida pelo liberalismo ou pela democracia era insuficiente diante da necessidade de uma emancipação humana geral, que passaria necessariamente pela reorganização das relações de produção (Marx, 2010 [1844]). A sociedade imaginada por Marx estaria, na verdade, além da política, além da democracia, operando por meio da cooperação espontânea de todos, sem necessidade de coerção.

Mais do que na obra do próprio Marx, é Lênin, inspirado por ela, que desenvolve o ponto. A democracia é uma forma estatal, logo só existe na medida em que a sociedade está dividida em classes. Só existirá “uma democracia verdadeiramente plena, verdadeiramente sem nenhuma exceção” quando a divisão de classes desaparecer. Mas a democracia some no momento em que se realiza, pois uma sociedade sem classes não precisa de um aparelho especializado de coerção (Lênin, 1985a [1917], p. 262). A existência do Estado é condição necessária para a democracia, que é um dos modos de organizá-lo, mas a dominação de classe, que é pressuposto da existência do Estado, impede que ela se efetive de maneira cabal.

Quando Marx se dedicou um pouco mais a especular sobre a forma institucional de um eventual poder proletário, o que ocorreu nos escritos sobre a Comuna de Paris (Marx, 2011 [1871]), ficou evidente que sua aspiração era se aproximar da democracia direta, vendo com desconfiança todos os mecanismos representativos – uma sensibilidade que talvez devesse mais a Rousseau do que ele próprio reconheceria. Os mecanismos de controle elaborados pela tradição liberal, como a separação de poderes ou o império da lei, eram vistos sempre pelo prisma de sua utilidade para impedir desafios a reprodução da dominação burguesa.

Não é possível dizer que Marx chegou a desenvolver um modelo para a sociedade de transição entre o capitalismo e o comunismo, para a qual a Comuna era uma inspiração. Apresentou alguns pontos (fim da separação entre Executivo e Legislativo, substituição das forças militares pelo povo em armas, eleição dos magistrados, salário de operário para todos os ocupantes de cargos públicos, revogabilidade dos mandatos) sobre como funcionaria aquilo que hoje chamaríamos de “democracia socialista” – embora ele mesmo preferisse a expressão “ditadura do proletariado” que, numa célebre carta a Weydemeyer, indicou como sendo uma de suas principais contribuições à ciência (Marx, 1982 [1852]). O uso que Marx fazia de “ditadura” partia de seu sentido clássico, remetendo à ditadura romana: um interregno excepcional. Além disso, ele entendia que, em qualquer forma estatal, a classe dominante usaria de todos os recursos à sua disposição para permanecer no poder. Se “ditadura” é entendida como o regime que favorece o projeto histórico de uma das classes em conflito, enquanto houver uma sociedade de classes haverá ditadura.

Mas, além de ter se mostrado uma péssima escolha de *marketing* político, a opção por “ditadura” mostra que Marx nunca foi capaz de conceder uma valoração efetivamente positiva à democracia. Era comum que marxistas afirmassem que “a ditadura do proletariado se realizava através de uma democracia proletária, muito mais estendida do que qualquer democracia burguesa”, como escreveu Balibar (1974, p. 40; ênfase suprimida). Há uma simplificação nesta leitura. O desinteresse de Marx pelo arcabouço liberal de proteção das liberdades individuais e sua crença na unidade absoluta de projeto da classe operária como sujeito histórico levaram à visão de uma democracia proletária que se realizava simplesmente por ser anunciada, sem qualquer atenção aos mecanismos que garantissem sua efetividade – o que se revelou, de forma trágica, na deriva

autoritária dos regimes socialistas reais.

O marxismo posterior a Marx dividiu-se na avaliação da potencialidade da democracia como regime político. As correntes depois chamadas de “reformistas” ou “revisionistas” julgavam que o sufrágio universal e as demais instituições da democracia representativas permitiam mudanças cumulativas que poderiam levar ao socialismo. Eduard Bernstein (1997 [1899]), em particular, via que uma das características centrais da democracia era seu caráter aberto, isto é, em um regime democrático o resultado das disputas políticas é sempre indeterminado³. Por isso, a luta política dos dominados, dentro do ambiente democrático, poderia levar à transformação.

A ala esquerda do marxismo do final do século XIX e começo do século XX tinha posição oposta. Para Lênin, a democracia parlamentar era a forma própria da dominação burguesa e, no fim das contas, um obstáculo à superação do capitalismo. As instituições democráticas liberais promovem a cooptação e a acomodação das lideranças operárias. E, uma vez que democracia e ditadura são duas faces da mesma moeda, pois a democracia para uma classe é a ditadura para a outra e vice-versa, impõe-se a conclusão de que os “direitos formais” são sempre carentes de efetividade, numa realidade marcada pela dominação de classe (Lênin, 1985b [1918]).

As duas posições têm em comum o fato de que equivalem a democracia às formas de sua institucionalização nos regimes liberais. Surgiram vozes divergentes, como Rosa Luxemburgo. Ela discordava de Bernstein, por entender que qualquer forma de organização política tem um caráter de classe e por negar a possibilidade de que o socialismo pudesse ser alcançado por meio da disputa dentro das instituições da democracia liberal (Luxemburgo, 2011 [1899]). Mas também diferia de Lênin, ao valorizar os mecanismos democráticos e enfatizar que eles deveriam estar sempre operantes dentro das organizações da classe operária (Luxemburgo, 1990 [1899]).

Outra vertente nasceu a partir de leituras da obra carcerária de Antonio Gramsci. Algumas leituras o apresentam quase como um defensor do valor intrínseco da democracia liberal, quase um *aggiornamento* de Bernstein, mas não é o caso. Ele foi importante por elaborar teoricamente a distinção entre “dominação” e “direção”, algo subdesenvolvida no marxismo anterior, vinculando o exercício do poder político ao consentimento dos dominados. Sua discussão da questão da legitimidade da dominação vai além da elaboração weberiana, com sensibilidade ao caráter dinâmico dessa legitimação, que está sempre em disputa, uma vez que se liga aos interesses sociais em conflito. Com isso, ilumina o momento democrático, de fabricação dos consensos, sem abandonar o entendimento sobre o caráter de classe do Estado. “O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, [...] tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 2000 [1932-4], p. 95). Em suma: a canalização pelas instituições da democracia liberal não esgota a disputa política. As relações de força fundamentais que a definem podem ser, em parte, traduzidas, mas também são escamoteadas no funcionamento destas instituições.

A obra de Gramsci teve um impacto importante no marxismo do pós-guerras. Com a valorização generalizada da democracia, após a vitória sobre o nazifascismo, e depois com o

³ Décadas mais tarde, Adam Przeworski (1984 [1983]) desenvolveria a mesma ideia, no ensaio “Ama a incerteza e serás democrático”.

desencanto com o caráter autoritário dos países do “socialismo realmente existente”, muitos foram buscar nos escritos carcerários a inspiração para um caminho que permitisse diferenciar os procedimentos democráticos e mesmo liberais, que permitiam a livre expressão dos conflitos sociais e a garantia de liberdades e direitos, da dominação burguesa. O movimento “eurocomunista”, que alinhou partidos operários a partir dos anos 1970, foi uma manifestação importante deste processo, pelo qual a competição multipartidária, a pluralidade no parlamento e as eleições como único meio de acesso ao poder eram erigidos à condição de procedimentos intocáveis – logo, a via revolucionária era descartada. No Brasil, onde a experiência da ditadura levou a uma maior valorização das liberdades democráticas ainda que “formais”, Carlos Nelson Coutinho (1979) adaptou uma frase de Enrico Berlinguer, então secretário-geral do Partido Comunista Italiano, e decretou a “democracia como valor universal”. Mas, em todo esse movimento, havia uma confluência entre a ideia de “democracia” e as instituições liberais que historicamente se associaram a ela no mundo ocidental.

Autores como Pietro Ingrao (1977) e Nicos Poulantzas (2013 [1978]) buscaram dotar a virada eurocomunista de maior substância, avançando na crítica às limitações democráticas do modelo vigente de democracia. Mais tarde, um espírito similar animou diversas percepções orientadas pelos autonomismos. Mas, em nenhum caso, se alcançou uma teoria democrática própria, alternativa à liberal – no máximo, correções e aportes a ela. Ao que parece, uma sociedade futura que quisesse superar as limitações que a ordem capitalista impõe à democracia deveria, como certa vez escreveu a filósofa Agnes Heller (1980 [1979], p. 184), “resolver na prática” as suas contradições.

4 Crise e radicalização capitalista

Ainda assim, a contribuição do marxismo para a discussão da democracia não é negligenciável – uma contribuição que se organiza, sobretudo, a partir da compreensão dos limites do arranjo concorrencial vigente, da ênfase no caráter de classe do Estado e da denúncia do caráter ilusório de uma teoria que vê a esfera política desconectada do mundo social mais amplo. A democracia é “burguesa” não porque realiza o projeto original da burguesia ou porque suas práticas e instituições encarnam valores especificamente burgueses, mas porque se adapta à dominação da classe burguesa e se organiza em um Estado que é burguês. Como escreveu Claus Offe (1984 [1972], p. 140), trata-se de “um Estado capitalista – e não somente como ‘um Estado dentro da sociedade capitalista’”. Isto é, um Estado em que a dominação de classe está inscrita em sua estrutura.

Existem muitos caminhos pelos quais a influência determinante da burguesia se faz sentir nas instituições políticas democráticas, formalmente igualitárias. O mais óbvio diz respeito ao transbordamento do poder econômico para a política. Ele ocorre pelo financiamento das campanhas eleitorais, que faz com que cortejar capitalistas seja uma das atividades indispensáveis para quem quer que ambicione ocupar um cargo eletivo; pelo controle dos meios de informação, que direciona a mentalidade do público; pelo acesso direto aos funcionários públicos eleitos; pelo lobby. Ocorre também por meio da corrupção, que é uma daquelas “falhas estruturais” – algo que é convencionalmente encarado como uma transgressão, mas que faz parte do funcionamento normal e esperado do sistema. De todas essas formas, os muito ricos, que no mundo capitalista são, como regra, os burgueses, têm garantida uma atenção privilegiada a suas demandas.

Na outra ponta, os trabalhadores são treinados para não influir nos assuntos de interesse coletivo. Nas relações de produção capitalistas, o papel que é designado ao trabalhador é o de recebedor de ordens; o contrato de assalariamento é, em si mesmo, um contrato de subordinação (Pateman, 1970, 1988). O trabalhador é premiado por obedecer e desincentivado a pensar com a própria cabeça. Por sua condição, dentro da empresa, não é chamado a participar da tomada de decisões que o afetam. Em suma, os trabalhadores são levados a desenvolver características contrárias às aquelas esperadas de um cidadão competente em uma democracia.

Quando o trabalhador é finalmente chamado a participar, na qualidade de eleitor, entram em ação outros mecanismos contrários à ação política de sua classe. Como observaram Offe e Wiesenthal (1984 [1980]), o trabalhador está sempre cindido entre seu interesse particular, que pode ser adaptar-se ao sistema, obtendo vantagens secundárias para si na competição com seus iguais, ou mesmo, tendo sorte, migrar para outra classe, e seu interesse coletivo. A participação eleitoral, que prevê indivíduos isolados no momento da decisão, favorece a expressão dos interesses individuais, em detrimento daqueles de classe.

Por fim, há aquilo que a literatura chama de “dependência estrutural” do Estado capitalista (Offe, 1984 [1972]). Na medida em que a sobrevivência do aparelho estatal depende da arrecadação de impostos e que esta arrecadação, por sua vez, está ligada ao nível de investimento econômico, um investimento que, no capitalismo, é definido pelo arbítrio dos detentores dos meios de produção, qualquer governante, independentemente de sua ideologia, terá que levar em conta os interesses dos capitalistas quando formula suas políticas. A dependência estrutural significa que a burguesia não precisa sequer apresentar suas demandas, uma vez que os governantes as introjetam no processo decisório.

Foi contra tudo isso, como mecanismo para se contrapor a ou minimizar as vantagens avassaladoras da burguesia, que as democracias se estabeleceram no mundo capitalista – limitadas, insuficientes, enviesadas, mas nem por isso irrelevantes. Elas entraram em declínio, porém, por conta de diversos processos simultâneos e interligados. O que eles têm em comum é a redução da capacidade de pressão da classe trabalhadora.

Ao longo da segunda metade do século XX, houve um esforço deliberado para esfriar a agitação operária nos países desenvolvidos, o que envolveu esforços de reorganização da produção (sobretudo com a fragmentação das grandes plantas fabris e a transferência de etapas do processo industrial para empresas menores) e uma ofensiva ideológica, com reforço do individualismo e da concorrência de todos contra todos e com a afirmação, cada vez mais eloquente, das virtudes insuperáveis do mercado (cf. Chamayou, 2018). Mudanças tecnológicas, não de todo desconectadas deste esforço de fragilização da classe trabalhadora, abriram as portas para substituição de partes expressivas da mão-de-obra por maquinário e para o deslocamento das cadeias produtivas, na chamada “globalização”. Ambos os processos reduzem o potencial de resistência dos assalariados.

Um elemento adicional foi a vitória do bloco estadunidense na Guerra Fria. Ainda que a União Soviética tivesse, há muito, deixado de fornecer um modelo atraente para os dominados do Ocidente, ela representava uma demonstração concreta de que outra forma de organização econômica era possível – e, em muitos casos, fornecia apoio material aos opositores do mundo capitalista.

O que se está apontando é que o refluxo democrático acompanha a redução da força da classe

trabalhadora. Conforme o capital amplia seu império sobre as decisões estatais e sua tutela sobre os governos eleitos, mais os rituais democráticos se tornam carentes de efetividade. As políticas de austeridade são a marca de um novo funcionamento de Estados ainda formalmente democráticos, mas nos quais a vontade da maioria pesa muito pouco – ou não seriam adotadas as medidas que reforçam os sacrifícios de trabalhadores e pensionistas, transferindo ainda mais riqueza para banqueiros e especuladores (Blyth, 2017 [2013]). A vontade popular manifestada nas eleições, que antes balizava a produção da paz social, perde força; na leitura de Wolfgang Streeck (2017 [2013]), vivenciamos a transição do “Estado fiscal”, aquele que vivia da arrecadação de impostos (e que por isso, como visto, precisava garantir o nível de investimento na economia) para um “Estado da dívida” – que precisa rolar seus empréstimos. Os governos precisam responder aos credores da dívida pública antes do que ao eleitorado. As políticas de austeridade determinadas pelo capital financeiro, a fim de proteger sua própria remuneração, aniquilam a possibilidade de que o Estado adote medidas redistributivas ou mesmo compensatórias, com um enorme ônus sobre trabalhadores, pensionistas e populações marginalizadas.

O declínio das políticas sociais e das medidas de proteção ao trabalho se traduz no aumento da concentração da riqueza em todo o mundo capitalista, percebido a partir das últimas décadas do século XX (Piketty, 2013). Em resumo, uma burguesia que sente seu domínio como invulnerável, desinteressada de pagar a conta do apaziguamento do conflito social, opta por definir patamares cada vez mais elevados para a remuneração do capital, comprimindo salários e políticas sociais.

No processo, decisões econômicas fundamentais foram sendo protegidas contra possíveis pressões, o que se deu tanto por meios ideológicos (a visão de que “não há alternativa”) quanto institucionais (a transferências de poder para agências estatais “autônomas”, isto é, que não respondem nem indiretamente ao eleitorado). Na síntese de Streeck (2017 [2013], p. 74), as *políticas* adotadas pelos governos foram desconectadas da *política* como disputa para chegar ao poder. Em suma, transitamos de democracias concorrenciais assimétricas, em que as desigualdades materiais frustravam a promessa de igualdade política, para democracias menos-que-formais, sob a tutela quase explícita dos proprietários – que vetam políticas governamentais, derrubam funcionários eleitos (como no golpe de 2016, no Brasil) ou desvirtuam resultados de plebiscitos (como em 2015, na Grécia).

O *mainstream* da Ciência Política só reconheceu a crise quando o processo eleitoral levou ao poder líderes autoritários e demagógicos como Donald Trump, Boris Johnson, Narendra Modi, Jair Bolsonaro ou Javier Milei. Mas se trata de uma consequência da desdemocratização, não de uma causa. É a resposta a uma situação em que o povo sente que o Estado não responde mais, nem minimamente, a seus reclamos e em que uma nova extrema-direita, navegando com habilidade em um novo ambiente comunicacional, se apropria com competência do discurso de oposição ao “sistema” e da retórica do “povo” contra a “elite”.

Ao mesmo tempo, de forma paradoxal caso levemos a sério o seu discurso, o projeto que esta nova extrema direita implementa representa a radicalização da impermeabilidade do sistema político às pressões vindas de baixo. Ela recebe o apoio de grandes corporações, do consenso do “mercado”, de multibilionários que não escondem mais a ambição de moldar o mundo de acordo com sua exclusiva vontade (cf. Slobodian, 2023). É uma sociedade em que rui não apenas a democracia, mas a própria ideia de uma regulação pública superior às determinações privadas dos poderosos, ao ponto e alguns

autores já falarem em uma transição do capitalismo ao tecnofeudalismo (Varoufakis, 2024).

A crise da democracia tem muitas causas – mas uma delas, dentre as essenciais, é a alteração na correlação de forças entre as classes. A crise da teoria democrática também tem muitas causas. Uma das principais é a cegueira deliberada em relação à análise de classes.

5 Conclusão

O espaço que as questões de classe ocupavam no pensamento crítico foi gradativamente sendo ocupado por outras clivagens sociais relevantes, como as vinculadas a raça, sexo/gênero e sexualidade. A introdução destas preocupações é, em si mesmo, positiva, mas não o fato de que classe perdeu importância – sendo simplesmente esquecida, como na chamada para este dossiê, ou relegada a uma nota de rodapé, a uma referência meramente protocolar, uma “citação obrigatória”, como é o caso de muitos estudos baseados na ideia de interseccionalidade (Kergoat, 2010 [2006]).

Há certamente diversas razões para o fenômeno. O dogmatismo de correntes marxistas, que recusavam pertinência a qualquer outra clivagem que a não de classe, levaria naturalmente a uma reação. Feministas socialistas diziam que o casamento entre marxismo e feminismo correspondia a um arranjo tradicional, em que o marido (o marxismo) monopolizava todas as prerrogativas (Hartmann, 1997 [1979]). Assim, a expansão do foco para outras formas de dominação social, cujo impacto na vida vivida das pessoas é inegável, só pode ser bem-vindo.

A negação da classe como categoria central (não única, nem mesmo a única central, mas central mesmo assim), no entanto, responde a outros fatores. É possível pensar em um elemento psicológico: numa quadra histórica em que parece mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo (Jameson, 2003, p. 76)⁴, ficar revisando a centralidade da dominação de classe é meio desanimador – como escreveu Anne Phillips (1999, p. 17), não leva a nada “além de um ataque agudo de depressão”. A impressão é de que as hierarquias raciais ou de gênero são desafiadas com maior sucesso; de que foram conquistados avanços, ainda que insuficientes, na posição de mulheres, de pessoas negras ou de gays, lésbicas e travestis, ao passo que a classe trabalhadora há muito tempo só perde direitos. Deixar o tema de lado é uma reação compreensível, mas não justificável. Seria como abandonar a pesquisa sobre o colapso climático porque governos e empresas nunca estão dispostos a fazer sua parte. Uma ciência digna do nome tem que enfrentar a realidade tal como ela é.

Mais palpáveis e certamente ainda mais importantes, no entanto, são os incentivos objetivos colocados em marcha durante a fase do “neoliberalismo progressista”. Enquanto o foco em questões de gênero ou de raça, devidamente enquadradas por uma perspectiva de acomodação ao mundo existente, alavancava carreiras acadêmicas, cargos na burocracia ou mesmo na iniciativa privada, visibilidade midiática, bolsas e financiamentos, a insistência na análise de classes levava ao oposto. Não se trata (necessariamente) de oportunismo, mas de reagir à estrutura de oportunidades do campo. E, conforme algumas temáticas sobem e outras somem, a percepção de sua importância intrínseca muda. Uma pesquisa no Google Scholar devolveu quase 450 mil textos contendo a expressão “gender

⁴ Jameson credita a tirada a “alguém” e acrescenta que “agora podemos revisá-la e testemunhar a tentativa de imaginar o capitalismo imaginando o fim do mundo”.

inequality”, de 2000 até hoje⁵. Para “class inequality”, foram apenas 20 mil – uma diferença de 22,5 vezes.

Mas o fato é que nenhum projeto de emancipação humana será sólido se não contemplar a ultrapassagem do capitalismo. Reduzir a pauta da igualdade de gênero ou da igualdade racial à distribuição mais equitativa da possibilidade de acesso às posições vantajosas na sociedade iníqua em que vivemos é garantir que a sobrecarga de exploração sobre mulheres e pessoas negras na base da pirâmide social não será alterada. E é também, para voltar ao tema específico que animou este artigo, um enfoque que não é capaz de enfrentar as questões que cercam o estreitamento dos experimentos democráticos e o esgotamento de suas teorias

Como dizia um célebre autor alemão do século XIX, não se trata apenas de interpretar o mundo, mas de transformá-lo (Marx, 1987 [1845]). Para isso, a análise de classes continua sendo parte essencial de nosso arsenal teórico.

Referências

BALIBAR, Etienne. *Cinq études du materialisme historique*. Paris: Maspero, 1974.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Trad. Manuel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 [ed. orig., 1899].

BLYTH, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Trad. Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017 [ed. orig., 2013].

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democrazia*. Milano: Franco Angeli, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Pelo fim do ódio e da intolerância. Entrevista a Luiza Villaméa. *Revista Brasileiros*, n. 88, p. 48-53, 2014.

BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. *La société ingouvernable: une généalogie du libéralisme autoritaire*. Paris: La Fabrique, 2018.

COLLING, Leandro. Os novos discursos críticos às identidades e a crise nas universidades. *Le Monde Diplomatique Brasil*, online, 25 out. 2024. Disponível em <<https://diplomatie.org.br/os-novos-discursos-criticos-as-identidades-e-a-crise-nas-universidades/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

COSTA, Sérgio. *Desiguais e divididos: uma interpretação do Brasil polarizado*. São Paulo: Todavia, 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 9, p. 33-47, 1979.

CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge: Polity, 2004.

⁵ “Hoje” equivale a 30 de abril de 2025, data da consulta.

DOMÈNECH, Antoni. “Democracia burguesa”: nota sobre la génesis del oxímoron y la necesidad del regalo. *Viento Sur*, n. 100, p. 95-100, 2009.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985 [ed. orig., 1884].

FRASER, Nancy. The end of progressive neoliberalism. *Dissent*, v. 64, n. 2, p. 130-40, 2017.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Ed. Carlos Nelson Coutinho. Trad. Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira; Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [orig., 1932-4].

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. In: NICHOLSON, Linda (ed.). *The second wave: a reader in feminist theory*. New York: Routledge, 1997 [ed. orig., 1979], p. 97-122.

HELLER, Agnes. Democracia formal e democracia socialista. Trad. Marly de A. G. Vianna. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 27, p. 171-87, 1980 [ed. orig., 1979].

HIRSCHMAN, Albert O. *De consumidor a cidadã*. atividade privada e participação na vida pública. Trad. Marcelo M. Levy. São Paulo: Brasiliense, 1983 [ed. orig., 1982].

INGRAO, Pietro. *Massa e potere*. Roma: Riuniti, 1977.

JAMESON, Fredric. Future city. *New Left Review*, nova série, n. 21, p. 65-79, 2003.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Trad. Antonia Malta Campos. *Novos Estudos Cebrap*, n. 86, p. 93-103, 2010 [orig., 2006].

LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. In: LÊNIN, Vladimir. *Obras escolhidas em seis tomos*, v. 3. Sem indicação de tradutor. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1985a [ed. orig., 1917].

LÊNIN, Vladimir I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. In: LÊNIN, Vladimir. *Obras escolhidas em seis tomos*, v. 4. Sem indicação de tradutor. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1985b [ed. orig., 1918].

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Tyranny of the minority: why American democracy reached the breaking point*. New York: Crown, 2023.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [ed. orig., 1698].

LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. In: LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Trad. Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1990 [ed. orig. 1918].

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma social ou revolução? (Com um anexo: milícia e militarismo). In: LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*, v. 1. Trad. Stefan Fornos Klein et al. São Paulo: Unesp, 2011 [ed. orig., 1899].

MACKINNON, Catherine A. *Toward a feminist theory of the State*. Cambridge (MA): Harvard University

Press, 1989.

MACPHERSON, C. B. *The political theory of possessive individualism*. Hobbes to Locke. Oxford: Oxford University Press, 1962.

MADISON, James. The Federalist nº 51. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The Federalist papers*. New Haven: Yale University Press, 2009 [ed. orig., 1788].

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARX, Karl. Marx a Joseph Weydemeyer (em Nova Iorque). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas em três tomos*, v. I. Trad. Eduardo Chitas. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1982 [orig., 1852].

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987 [orig., 1845].

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010 [ed. orig., 1844].

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011 [ed. orig., 1871].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010 [ed. orig., 1848].

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia na periferia capitalista*: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. *Marxismo e política*: modos de usar. São Paulo: Boitempo, 2024,

MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo. *Democracia como emancipação*: olhares contra-hegemônicos. Porto Alegre: Zouk, 2021.

MILLS, Charles W. *The racial contract*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

MONTESQUIEU. *De l'esprit des lois*. In: MONTESQUIEU. *Œuvres complètes*, t. II. Paris: Gallimard, 1951 [ed. orig., 1748].

MOUNK, Yascha. *The people vs. democracy*: why our freedom is in danger and how to save it. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2018.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [ed. orig., 1972].

OFFE, Claus e Helmut MIESENTHAL. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, Claus, *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [ed. orig., 1980].

PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. Stanford: Stanford University Press, 1970.

PATEMAN, Carole. *The problem of political obligation*: a critique of liberal theory. Reedição com novo posfácio. Berkeley: University of California Press, 1985 [ed. orig., 1979].

- PATEMAN, Carole. *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- PHILLIPS, Anne. *Democracy and difference*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1993.
- PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PHILLIPS, Anne. *Which equalities matter?* London: Polity, 1999.
- PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXI^e siècle*. Paris: Gallimard, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2013 [ed. orig., 1978].
- PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, p. 36-46, 1984 [ed. orig., 1983].
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MANO, Máira Kubík. Conflitos transversais. *A Terra É Redonda*, online, 5 nov. 2024. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/conflitos-transversais/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- SLOBODIAN, Quentin. *Crack-up capitalism*: market radicals and the dream of a world without democracy. New York: Metropolitan Books, 2023.
- STREECK, Wolfgang. *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism*. Trad. Patrick Camiller e David Fernbach. London: Verso, 2017 [ed. orig., 2013].
- VAROUFAKIS, Yannis. *Technofeudalism*: what killed capitalism. Hoboken: Melville House, 2024.
- YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Artigo recebido em: 30/04/2025.

Aprovado em: 19/09/2025.

Luis Felipe Miguel (luisfelipemiguel@gmail.com) é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Professor na Universidade de Brasília.

A falta que ela faz: análise de classes e democracia

Resumo. Mesmo em chave crítica, sensível a desigualdades, a teoria democrática costuma deixar de lado as questões relativas às classes sociais. No entanto, a coabitação com o capitalismo é um dos limites centrais da institucionalidade vigente e a formação, desenvolvimento e declínio da democracia liberal são incompreensíveis sem conexão com as lutas de classes. O artigo aponta como a democracia foi produzida por meio da pressão dos dominados, em particular da classe trabalhadora; como o marxismo, ainda que não tenha sido capaz de produzir uma teoria democrática própria,

forneceu elementos importantes para a crítica das democracias realmente existentes; e como a crise democrática atual é relacionada à perda de força política dos trabalhadores. Conclui-se que exilar a classe não é apenas um erro teórico, que reduz a capacidade de entender a realidade, mas também um caminho que bloqueia qualquer projeto consistente de emancipação humana.

Palavras-chave: Democracia; Classes sociais; Marxismo; Teoria política; Neoliberalismo progressista

How much it is missed: class analysis and democracy

Abstract. Even in a critical light, sensitive to inequalities, democratic theory tends to leave aside questions related to social classes. However, cohabitation with capitalism is one of the central limits of the current institutionality and the formation, development and decline of liberal democracy are incomprehensible without connection to class struggles. The article points out how democracy was produced through pressure from the dominated, in particular the working class; how Marxism, although it was not able to produce a democratic theory of its own, provided important elements for the critique of actually existing democracies; and how the current democratic crisis is related to the loss of political power of workers. It is concluded that exiling the class is not only a theoretical error, which reduces the capacity to understand reality, but also a path that blocks any consistent project of human emancipation.

Keywords: Democracy; Social classes; Marxism; Political theory; Progressive neoliberalism